

NOTAS ECONÓMICAS

5

JOHN FEI THE POST-WAR REPUBLIC OF CHINA (ROC) ECONOMY

JOÃO SOUSA ANDRADE A EVOLUÇÃO DO CONSUMO PÚBLICO: WAGNER CONTRA KEYNES?

JOSÉ PEDRO PONTES / VÍTOR SANTOS LOCATION CHOICE IN A DUOCENTRIC URBAN SYSTEM

JOÃO REBELO EFICIÊNCIA PRODUTIVA E RENDIBILIDADE EM COOPERATIVAS AGRÍCOLAS

VÍTOR NEVES CAIXAS REAIS, RESTRIÇÕES DE LIQUIDEZ E CONSUMOS

JOÃO TOLDA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E ESPAÇO

AUGUSTO SANTOS SILVA A SOCIOLOGIA E A HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÓMICO

JOSÉ REIS ECONOMIA PORTUGUESA — MUDANÇAS NA "ARQUITECTURA DE INTERIORES"

REVISTA DA FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA



A Sociologia e a História do Pensamento Económico*

Augusto Santos Silva Faculdade de Economia do Porto

I. As relações entre a história, a sociologia e a economia têm sido suficientemente perturbadas por mal-entendidos e equívocos de parte a parte para aconselharem algumas observações iniciais sobre o quadro de referência e os objectivos desta minha contribuição. Pretendo pensar um pouco sobre as possibilidades e as condições de diálogo transfronteiriço entre ciências sociais, tomando como tópico o estudo analítico do “pensamento económico”. Mas é muito reduzida a minha competência em tal estudo. Tenho-o encontrado, no âmbito de dois itinerários distintos que vou regularmente praticando: uma investigação histórico-sociológica em torno das construções doutrinárias sobre o “povo” e a “nação” portuguesa elaboradas por intelectuais liberais e pós-liberais; e uma reflexão sobre a teoria e a metodologia das ciências sociais. Como se verá, as considerações que farei em seguida são claramente devedoras destes meus focos de interesse, um empírico e outro epistemológico. Em qualquer deles, questões e conhecimentos trazidos pela história do pensamento e da teoria económica têm-me ajudado bastante. Convém, todavia, deixar claro que se trata de um diálogo em que sou mais consumidor do que produtor de informação.

Por tudo isto, vejo-me constringido, para dizer alguma coisa eventualmente interessante, a adoptar um registo muito genérico, pouco ou nada recheado da remissão para problemas determinados de investigação empírica, que é uma das mais eficientes maneiras de discutir teoria. Procuo conciliar dois factos algo

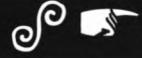
contraditórios: saber muito pouco da disciplina *história do pensamento económico*, mas ter vontade de lhe colocar várias perguntas.

Se perdoássemos o barbarismo da palavra e esquecêssemos a tentação de hegemonia disciplinar que frequentemente se trai pelo seu uso, eu diria que o que vou, aqui, propor será *sociologizar* a história do pensamento económico. As minhas perguntas não serão inocentes — aliás, nenhuma o é. Pretendem configurar uma espécie de problematização sociológica em torno das questões que os historiadores do pensamento económico enfrentam. Mas, bem entendido, essa problematização só pode constituir uma contribuição eficiente, se, em vez de imposta, for assimilada e interrogada, em função da pertinência e da bondade dos seus efeitos, pelos especialistas da história do pensamento económico.

Ainda assim, não basta lavrar um voto piedoso sobre o pendor dialogante, ancorado em influências recíprocas, do encontro de disciplinas que me cabe, agora, suscitar. Porque, do meu ponto de vista, essa aproximação interdisciplinar e, especificamente, o que ela pode induzir de enriquecimento sociológico da problemática de referência da história do pensamento económico, só farão sentido se soubermos escapar aos riscos do *sociologismo*, recusando um conjunto de princípios que, bem ou mal, são correntemente imputados à perspectiva sociológica de análise das ideias, doutrinas e mentalidades.

Esclareço, pois, em primeiro lugar, que a abordagem sociológica de que me reclamo não tem a pretensão de esgotar os *conteúdos substantivos* das representações consideradas, reduzindo-os ao conjunto de relações formais e de determinações estruturais que as situam. Sob pena de negar o mais distintivo traço do seu olhar, o sociólogo não pode deixar de pôr sistematicamente em relação as *representações* sociais — qualquer que seja a sua natureza, e incluindo, portanto, as

1 Em 10 de Dezembro de 1993, o CISEP, Centro de Investigação sobre Economia Portuguesa, do Instituto Superior de Economia e Gestão, organizou a Conferência “História do Pensamento Económico: Diálogos e Fronteiras”. O autor foi convidado a apresentar uma comunicação que focalizasse o ponto de vista da sociologia. O presente artigo resulta da reformulação dessa comunicação, considerando a discussão de que ela foi, então, objecto. Agradeço aos participantes da Conferência os seus comentários e precisões.



construções doutrinárias e as teorias científicas — e as *estruturas* sociais em que elas se formam e desenvolvem. Não o faz, porém, para dissolver o registo específico em que se movem e as propostas substantivas que as constituem. Por exemplo, se referimos ideias a interesses, não é para fazer a economia da restituição analítica das diferentes ideias sob o argumento da similitude de interesses que projectam. Este é um ponto importante. Não há razão ou função primeiras, sejam elas a determinação em última instância por qualquer estrutura ou necessidade básica (ou então, simetricamente, a autarcia do espírito) que substituam a análise propriamente dita das diversas e plurais formas de pensamento em curso num dado espaço e tempo social.

Em segundo lugar, a inclinação típica do sociólogo para destacar os condicionamentos que a acção humana deve às características e dinâmicas de grupos, instituições e quadros de interacção, e ao jogo das relações entre estes e outros contextos estruturais — essa inclinação também não significa o esvaziamento da acção e dos actores, enquanto tais. Prevenção particularmente pertinente, como se aceitará, quando o objecto de atenção são formas de pensamento tão elaboradas como as doutrinas e teorias económicas modernas. Uma história sociológica do pensamento económico não dispensará, portanto, a consideração dos *autores*, com tudo o que aqui está implicado, desde as peculiaridades biográficas dos seus trajectos e as características de personalidade até à singularidade da sua posição e actividade de criadores e difusores intelectuais. A espécie particular de actores sociais que são os autores não escapa, decerto, por qualquer incompreensível prerrogativa ontológica de absoluta não determinação, aos contextos sociais em que se inserem. Não é, contudo, porque sejam meros *produtos* de circunstâncias ou instituições. Se a contextualização não anula o *texto* (nossa primeira prevenção), também não anula a singularidade de ele ser, muitas vezes, um *texto de autores de textos*.

Em terceiro lugar, a sociologia privilegia, com razões fundadas, uma análise de tipo

estrutural. Uma das suas contribuições centrais, quer para o nosso conhecimento sobre as realidades sociais quer para a nossa actuação nelas, reside em que se faz assim possível estabelecer relações sistemáticas e comprováveis entre fenómenos que, ou por pertencerem a ordens institucionais diferenciadas, ou por ocorrerem em campos ou conjunturas aparentemente afastados, parecem, a um olhar desprevenido, não relacionáveis. Assim, pode-se, por exemplo, mostrar a homologia estrutural que aproxima posições (no duplo sentido de posições no mundo social e tomadas de posição sobre esse mundo) referidas, todavia, a “domínios” ou “níveis” de realidade diferentes: posições doutrinárias ou filosóficas e posições na estrutura de classes, ou posições científicas e posições ideológicas, por hipótese, ou posições no campo universitário europeu e posições na divisão internacional do trabalho de dominação política. Por outro lado, o mesmo pendor à análise estrutural permite destacar quanto os processos sociais, por mais imprevistos ou espontâneos ou auto-gerados que pareçam, são, indissociavelmente, estruturados (por outros processos sociais) e estruturantes (de outros processos sociais). Das duas maneiras, a análise sociológica constitui um dos principais instrumentos, ao nosso dispor, para contrariar o trabalho propriamente ideológico da *naturalização* e *absolutização* de certos factos, normas ou relações sociais. No entanto, nada disto significa que o sociólogo seja o *grande uniformizador*, negando a diversidade das situações e comportamentos, em nome de cadeias de interdependência constantes ou de invariantes estruturais, e o *grande determinista*, soterrando o acaso no chão da necessidade. Pelo contrário: uma *história sociológica do pensamento económico* haveria de continuar extremamente atenta àquela diversidade e não deixaria de ser *história*, quer dizer, sensível à *dinâmica do acontecimento*, no sentido pleno da palavra. Os *casos*, se se explicam referindo-os também às estruturas, *não se deduzem* meramente das estruturas.

Em quarto e último lugar, importa salientar um princípio que talvez nos induza em circularidade. Mas virtuosa. É que — como, aliás, qualquer outra ciência social, no meu entendimento destas coisas — a *sociologia é*



uma ciência histórica. Porque é uma ciência que produz e utiliza um conhecimento nomológico de regularidades sociais para dar conta, sobretudo, de processos sociais determinados, sempre específicos e singulares. E porque, procurando perceber como se processa a dialéctica entre práticas humanas, que só ocorrem no quadro de condicionamentos estruturais, e as estruturas sociais, que só existem porque são (re)produzidas pelas práticas, sabe também que uma das dimensões cruciais da modelação das práticas é exactamente a estrutura histórica, no sentido braudeliano, que se consolida e actua na longa duração.

II. Falamos, em síntese, das bases de diálogo entre duas maneiras de perspectivar os processos sociais (tomemos no caso, em toda a sua amplitude e imprecisão, o pensamento económico) que afinal, se tivermos o cuidado de excluir algumas pretensões indevidas de hegemonismo, estão bem próximas: a perspectiva histórica e a perspectiva sociológica. Prossigamos, tentando agora, de uma forma nem exaustiva nem acabada, discorrer sobre como se poderia traçar um *roteiro de questões histórico-sociológicas* ao desenvolvimento do pensamento e da teoria económica.

Com a palavra *pensamento* queremos, talvez, designar o elo entre duas posições sobre as realidades económico-sociais: a *elaboração cognitiva*, quer dizer, centrada nos modos de descrição e explicação intelectual; e a *elaboração doutrinária*, orientada para a avaliação da bondade e exequibilidade de propostas de conduta e intervenção nessas realidades. Ora, a evolução do pensamento económico de referência, no mundo contemporâneo, tem sido marcada por uma constante sofisticação analítica da primeira posição, através da sua constituição e dinâmica como ciência. E isso favoreceu a emergência recorrente de pressões para uma alteração dos termos de relacionamento entre as duas posições, no sentido de pressupor a superioridade intrínseca da dimensão científico-formal sobre a doutrinária e a possibilidade de transformar a segunda numa dedução racional, quase técnica, a partir da primeira.

Neste contexto, uma das questões centrais que a problematização histórico-sociológica

enuncia é a *relatividade* dos produtos e dos modos de produção do pensamento económico, *mesmo na sua vertente científica*. Relatividade não significa, certamente, gratuidade, nem pretende contrapor à ilusão positivista da validade intemporal da prova o postulado simétrico da total arbitrariedade. Almeja-se, apenas, mostrar como as *condições de produção e validação* do conhecimento económico e, designadamente, da ciência económica não são dadas de uma vez por todas, nem são incontroversas. Neste plano, a história sociológica do pensamento económico não pode alhear-se da prática mais geral da história sociológica das ciências, mormente das ciências sociais. E talvez fosse útil aprofundar vários exercícios. Perceber quais são, em cada conjuntura e para cada escola, os princípios, os procedimentos e os resultados tomados pelo corpo de especialistas como exemplares e seminais, ou seja, ler a história da teoria económica à luz do conceito khuniano de paradigma; mostrar como as tensões entre paradigmas, característica recorrente de uma disciplina sempre, virtual ou efectivamente, pluriparadigmática, se vinculam em parte a debates ideológico-políticos contemporâneos — e, em particular, evidenciar o que os princípios matriciais da *teoria* económica, desde os seus primórdios, devem a tomadas de partido filosófico e doutrinário, sejam eles o valor-trabalho, a mais-valia ou a utilidade marginal; procurar identificar e caracterizar as heurísticas negativas que protegem os vários programas de investigação das anomalias e infirmações enfrentadas e, portanto, vão permitindo o seu desenvolvimento, assim como descrever as situações e as condições de resolução da competição entre programas rivais, aplicando, pois, ao nosso caso, a racionalização retrospectiva de Lakatos; ou testar, na disciplina, as intuições de Feyerabend, sobre o *anarquismo em acto* do pensamento científico e o seu radical pluralismo teórico-metodológico. Todos estes exercícios de iluminação da história do pensamento económico com contribuições da epistemologia histórico-sociológica das ciências seriam, creio, bem interessantes. E não é um objecto menor de explicação, a essa luz, o facto de eles não serem assim tão frequentes, e não apenas entre nós, quando a teoria económica parece

constituir um dos melhores exemplos da relatividade e da radical incompletude do conhecimento científico e da doutrinação associada.

Mas uma abordagem histórico-sociológica não pode reduzir-se à prática de uma epistemologia “interna”. Todas as condições que ilustrámos podem e devem ser, por sua vez, relacionadas com duas ordens de factores “externos” ao trabalho propriamente teórico; ou, melhor dito, deve mostrar-se como lhe são também interiores. Trata-se dos factores ligados à organização institucional e prática da actividade intelectual; e dos factores mais gerais ligados a características, nela influentes, da dinâmica das estruturas sociais.

Retendo, por agora, os primeiros, quase poderíamos dizer que o que importa é restituir não só a teoria do pensamento económico como ainda, e articuladamente, a *retórica e a técnica do pensamento económico*. E, mais uma vez, este constitui um domínio exemplar. Será muito revelador examinar analiticamente *os processos através dos quais se foram classificando certos discursos como económicos*, distinguindo-os, assim, de outros registos, políticos, morais, religiosos, com os quais mantinham relações de contaminação e intersecção recíproca. Como se foram delimitando *auditórios* para os pensadores económicos, quer dizer, receptores e contextos de recepção dos seus discursos, processos de constituição e reprodução de *públicos*, nas escolas, bem entendido, mas também nos meios empresariais e laborais, nas organizações e nas arenas políticas, nos meios intelectuais, ou noutras dimensões do espaço público das sociedades contemporâneas. Examinando, ao mesmo tempo, os princípios e os procedimentos postos em prática para comunicar com tais auditórios, os princípios e modos de argumentação e influência, portanto, a retórica propriamente dita do pensamento e da teoria económicas. Não esquecendo, finalmente, que, para levar a cabo a tarefa, não basta situarmo-nos do ponto de vista dos doutrinadores, é preciso curar também de saber dos efeitos dos seus discursos nos respectivos auditórios, o que passa por investigar a composição e as disposições sociais destes e as características e papéis

específicos dos agentes de intermediação (professores, divulgadores, técnicos, etc.) que aí actuam.

Mas o discurso não se faz apenas de um conhecimento, uma doutrina e uma retórica. Resulta ainda de uma rotina; de uma prática; de um quotidiano profissional e institucional. É preciso, pois, perspectivar a *economia em acção*, descrever, para cada conjuntura histórica, cada contexto social, cada meio académico, cada escola de pensamento, o processo sociotécnico da produção intelectual. Nas revistas, nos parlamentos, nos grupos de interesse, nas academias, na imprensa, nos debates, trata-se de perceber como se vão constituindo, consolidando e reproduzindo os modos propriamente *práticos* de elaboração, difusão e assimilação do pensamento económico.

Por esse caminho, aproximamo-nos de outra capital contribuição da perspectiva sociológica sobre os saberes e as ideias, qual seja a indagação sistemática do que os liga a modos de exercício de poder. Aprofundando, em particular, as proposições fundadoras de Michel Foucault, parece-me indispensável, para dar plenamente conta da genealogia do discurso económico e da sua recepção nas sociedades industriais e pós-industriais, analisá-lo como *disciplina*, isto é, como combinação entre a detenção, em regime de efectivo ou virtual monopólio, de saberes especializados e o exercício de poderes sobre os corpos e as disposições humanas. O paralelo com a medicina talvez não fosse, aqui, demasiado abusivo. Não só ao nível da empresa como ao nível do Estado e da sociedade, não só ao nível da actividade económica propriamente dita como ao nível mais geral da ética e da cultura social, o discurso económico ganha crescentemente, ao longo dos séculos XIX e XX, um poder considerável e transforma-se numa das mais decisivas *tecnologias disciplinares* do nosso mundo: a que, distintivamente, já não apela apenas a normas precisas de natureza técnica (as da “engenharia” industrial), mas de algum modo tecniciza critérios unívocos de racionalidade comportamental, aos quais concede a aparente universalidade do *homo œconomicus*. Ao mesmo tempo, vê regularmente interrogada, do seu interior e do





seu exterior, a sua própria legitimidade, quer intelectual, quer social (quais são as fontes e a quem serve este novo poder?). Os modos como a economia se fez doutrina e teoria, como lateralizou e desvalorizou os saberes profanos, e desde logo a *economia moral* de que fala Thompson, como informou tecnologias disciplinares do capitalismo industrial e se tornou ela mesma numa tecnologia disciplinar, se converteu, como a medicina, numa combinação incindível de saberes-poderes — traçam uma pista de abordagem histórico-sociológica tão fascinante quanto esquecida.

Terminaria finalmente o nosso roteiro de problematizações com o tópico da relação entre, de um lado, doutrinas e saberes e, do outro, a dinâmica das estruturas sociais que desenham o seu contexto e quadro de condicionantes. É, como se sabe, um tópico complexíssimo e um terreno minado, quer por a prioris ideológicos, quer por modelos prontos a vestir de determinações causais lineares. Não será isto, todavia, que lhe diminuirá a relevância. Para ir mais além (e por outro caminho) do que as alegações rituais de que a economia política clássica representa os interesses da burguesia e o keynesianismo, a calafetagem possível do capitalismo pós-liberal, mas sem negar a pertinência e indispensabilidade de relacionar produtos ideológicos e contextos sociais, é preciso talvez desenvolver conceptualizações mais finas, aliás oriundas de diversas matrizes teóricas.

Continuo, certamente, a pensar na importância e actualidade das teses de Marx, a propósito da lógica das relações entre formação de classes sociais, formação de interesses de classe e representações ideológicas. Creio que ainda podemos readaptar a proposição de Lucien Goldmann sobre a contextualização das formas de pensamento em termos do “máximo de consciência possível”, em cada conjunto de circunstâncias históricas, a cada grupo e força social. A prudência da posição de Max Weber sobre as “afinidades electivas” entre ordens de fenómenos irreductíveis entre si, talvez pareça excessiva e pouco operativa. Mas, se a articularmos ao sistema global da sociologia weberiana e retivermos a sua aplicação empírica nos estudos sobre a ética económica das religiões e, em particular, sobre

as afinidades entre protestantismo e capitalismo, veremos bem depressa quanto, ao contrário, constitui um auxiliar indispensável do nosso caminho.

A história sociológica do pensamento tem, todavia, de ir mais longe. Não lhe basta enunciar quais os circunstancialismos sociais influentes na elaboração substantiva do pensamento. Porque, se, para além de sujeitos a esses circunstancialismos sociais, os produtos e as formas de produção teórico-doutrinária são ainda marcados, e *mais directamente marcados*, de uma banda, pelas propriedades dinâmicas dos seus quadros institucionais específicos (escolas, academias, comunidades científicas, etc.) e, da outra banda, pelo movimento relativamente autónomo da actividade intelectual, como tal — então, é preciso dar conta deste jogo de interações e, como disse Boaventura de Sousa Santos, procurar identificar os processos de “conversão reguladora” que transformam influências sociais em determinações institucionais e em determinações teóricas propriamente ditas.

Eis um domínio em que pouco avançámos. Mas a teoria dos campos, de Pierre Bourdieu, é uma preciosa ajuda. Porque muito depende da nossa capacidade de dar conta, na interdependência global entre diversas ordens de processos sociais, das margens de autonomia e singularidade de cada conjunto minimamente institucionalizado de posições e relações entre posições — designadamente, desse conjunto particular que é o campo intelectual. A minha convicção pessoal é que progrediremos bastante, se conseguirmos praticar a combinação analítica entre esse jogo global de interdependências, essa lógica específica de constituição e funcionamento de cada campo, e as relações de homologia estrutural entre diferentes campos — prestando, ao mesmo tempo, atenção à *especificidade propriamente textual* do objecto *pensamento* económico.

III. Ficou esboçado, de forma muito rude, um roteiro de questões sociológicas à história do pensamento económico. Procurei mostrar como uma perspectiva sociológica poderia contribuir (e tem contribuído) para o alargamento da problemática de referência da disciplina. Não queria, contudo, terminar sem



propor um outro passo, que me parece decorrer também da contribuição que agora glosa: aquele que nos conduz à *reflexividade da ciência económica* e dela ao questionamento reflexivo dos caminhos da nossa modernidade.

A história do pensamento económico serve-nos, e bastante, para perceber melhor as sociedades do passado, mais ou menos remoto ou recente, perceber, por exemplo, questões de política, representação e acção de interesses sociais, movimentos culturais e de opinião. Mas, a par, serve-nos também, e muito, para perceber a nossa ciência e o nosso discurso *de hoje*. E não por qualquer obrigação ritual nossa de traçar uma arqueologia dos sedimentos para sempre passados do nosso entendimento e da nossa prática, ou conservar museologicamente um património de antiguidades teóricas, como tal veneráveis, mas sem outra relação conosco que não fosse justamente essa veneração.

Não: *traçar a história social do pensamento económico conforma um instrumento reflexivo da maior importância para compreender e avaliar a configuração da teoria e da acção económica que hoje praticamos*. Neste sentido, *a história da teoria económica é parte integrante da teoria económica* — e creio ser esse o seu mais alto valor. Não podemos pensar plenamente a teoria económica sem *situá-la na sua diacronia* e na diacronia das suas relações com os sistemas económicos, sociais, políticos e culturais.

Ora, o discurso económico é uma excelente ilustração da formação, dos desenvolvimentos, do poder e dos impasses do discurso cultural, no sentido amplo da palavra, da nossa modernidade. E valeria a pena aprofundar um pouco esta ligação.

Desde, pelo menos, o século XVIII (ou até antes?), o discurso económico tende a apresentar-se com um duplo registo: discurso da Razão e discurso da *Res Publica*. As duas dimensões eram claramente articuladas, no sentido em que se presumia que a segunda enunciava e legitimava os problemas discutidos pela primeira, e depois concretizava política e praticamente os princípios comprovados nela. Celebrando o *homo œconomicus*, a economia clássica celebrar-se-

-ia a si mesma como o discurso da racionalidade que esse homem encarnava e o auxiliava a desbravar o caminho do progresso, quer individual quer colectivo. A racionalidade era definida univocamente, por referência ao pilar filosófico das Luzes, ao pilar político da modernização civil e ao pilar ético do espírito empreendedor do capitalismo. A história da teoria económica, ao longo do século XIX, será marcada pela passagem destas referências assumidamente doutrinárias para a vinculação a um novo *método de pensamento*, lógico-científico, que não deixa a seu modo de exprimi-las, mas convertendo-as nos seus próprios termos.

O que quer dizer, talvez, duas coisas. Por um lado, a teoria económica configura um caso particularmente destacado da definição de racionalidade que a modernidade europeia vai impondo — e que vive, como tem sido notado, da prevalência de uma racionalidade cognitivo-instrumental sobre formas de racionalidade estético-expressiva e moral-prática. O “interesse técnico do conhecimento”, para usar a terminologia de Habermas, ligado à expansão dos subsistemas de actividade racional por referência a fins (tecnológica ou estratégica) encontra naquela teoria o seu melhor caldo de cultura, no conjunto dos saberes sobre as sociedades humanas. Mas, ao mesmo tempo, o discurso económico, apesar da sua crescente formalização, não abandonará os contornos normativos que lhe marcaram a origem e continuará a pressupor uma filosofia moral própria, mais ou menos utilitarista, isto é, uma continuidade entre o discurso analítico sobre as coisas e a acção económica racional no meio dessas coisas.

A história do pensamento económico, nos séculos XIX e XX, pode ser, assim, encarada como a história dos processos, cruzados, de ocultação e desocultação da ligação matricial da ciência à doutrina, quer dizer, à ideologia e à política da economia. A dinâmica intensa de *cientificação* da análise económica, escolhendo sobretudo o padrão conceptual da física newtoniana e a formalização de tipo lógico-matemático, irá implicando e naturalizando os pressupostos ético-ideológicos do paradigma teórico que a domina, subtraindo-os, portanto, ao exame crítico aberto. Correlativamente, irá impor um



entendimento das relações entre análise e orientação — entre discurso positivo, discurso normativo e prática política — que poderíamos qualificar de técnico, se tomássemos a palavra na sua acepção lata: o que articula e harmoniza os diferentes níveis, analítico e prático, é um mesmo culto da racionalidade moderna, tal como o capitalismo e a ciência experimental parecem consagrá-la.

Ao longo do século XX, sucessivas gerações de economistas serão socializadas numa cultura científica e profissional marcada por este entendimento das relações entre teoria, doutrina e prática e por esta vinculação a pressupostos ético-ideológicos, sobre a estratégia da acção humana na utilização dos recursos e na tomada de decisões, que nunca chegam a ser claramente explicitados e controvertidos. Uma história do pensamento económico não pode deixar de ser também, do ponto de vista sociológico, a história deste processo de formação e cristalização da cultura científica e profissional dos economistas — e, em particular, já que falamos aparentemente de ideias, da *visão do mundo* que nela ganha evidência. Para realizar essa tarefa, talvez seja indispensável apelar a um escrutínio antropológico: tentar perceber *por dentro* como se constitui e transmite este *quadro colectivo de sentido* que unifica uma tribo, organiza redes de parentesco, estipula formas de acumulação e transmissão de património, regula comportamentos rituais e traça fronteiras face a outros territórios, selvagens, apetecíveis ou hostis. Sem qualquer intenção pejorativa, mas tão somente analítica, parece-me crucial procurar dar conta da formação dessa *cultura étnica de economistas* e interpretar a partir dela certas manifestações mais distintivas quer de teóricos quer de profissionais, e desde logo a sua celebração algo totémica do mercado.

É uma tribo particular, elite de investigadores, decisores e quadros técnicos. Elite que instaura um discurso fortemente especializado, protegido pelos esoterismos convenientes e edificado sobre a menorização de discursos *leigos* acerca das matérias de que trata. Quer dizer: a história da formação e do desenvolvimento do pensamento e da análise económica modernos é também indissociável da história dos modos como a *economia moral* das pessoas comuns vai sendo desqualificada

e relegada para a posição residual do tradicional, do irracional e do profano. E essa história só se percebe inteiramente tendo em conta os processos de disciplinação dos comportamentos de agentes, produtores ou consumidores, por referência à lógica da moderna organização capitalista — processo em que, como já vimos, e para rematar o fio, a teoria económica desempenha um papel-chave.

Mas a história da relação entre saberes científicos e saberes profanos, neste como noutros casos, não é apenas uma história de subalternização dos últimos. É ainda a história da sua modelação pelos primeiros. E aqui, mais uma vez, a economia parece um caso exemplar. De facto, o paradigma de raciocínio que os economistas modernos tendem a praticar vai-se impondo a outros domínios de pensamento e acção: e essa imposição traduz-se, predominantemente, numa espécie de *tecnificação* de tais domínios. A história do pensamento económico, sobretudo ao longo do século XX, é a história dos modos como os princípios paradigmáticos deste pensamento vão influenciando e moldando os discursos políticos e ideológicos e muitas formas de conhecimento corrente e prático dos actores — e, por aí, vão circunscrevendo as bases em que podem adquirir sentido e valor social tais discursos e conhecimentos. A maior elaboração técnico-científica que assim se propicia, na política ou na acção comum, implica também uma limitação estrutural: *tende a fechar o universo de possíveis e desejáveis* que os protagonistas sociais poderão definir, para cada momento, e tende a fechá-lo em função justamente dos processos de cálculo e das opções estratégicas que mais beneficiam o modo de organização dominante nas actuais sociedades urbano-industriais.

O pensamento económico configura, portanto, não apenas um corpo de ideias, *uma doutrina*, e um corpo de procedimentos cognitivos, *uma análise*, mas ainda uma retórica, uma disciplina e *uma tecnologia social*. E deve ser, por isso, considerado, se quisermos assimilar uma sua problematização propriamente sociológica, como *um padrão social de conduta*, *uma cultura*, *no sentido pleno do termo*, que não propõe apenas uma contínua produção de obras específicas, as ideias e as teorias e os



factos e as leis, mas também, e sobretudo, um conjunto estruturado de maneiras de pensar, sentir e agir, modelo de concepção do mundo e acção no mundo. Um tal padrão implica, como os outros, processos complexos de inculcação e incorporação, em certos meios de socialização — quer a socialização mais estrita e técnica dos futuros ou presentes profissionais, nas escolas, academias e centros de pesquisa, nos parlamentos e nos combates políticos, como a socialização mais lata e difusa de muitos outros actores, nas áreas económicas e não económicas das sociedades contemporâneas.

Na modernidade, o pensamento económico — e o que isso significa, no seu sentido mais profundo, a maneira económica de pensar a economia — transformou-se gradual mas imperialmente no modo de pensar, *tout court*: no modo económico, isto é, racional e modelizado, de pensar a acção e a estruturação social. A história sociológica do pensamento económico tem de ser também a história desta disseminação.

Creio que por este caminho abordaremos mais segura e proficuamente a questão escorregadia da relação entre teoria e doutrina económica, e estruturas e interesses sociais. As teorias vinculam-se certamente às características sociais dos seus produtores, à sua origem e posição social, aos seus trajectos profissionais, aos interesses a que estão ligados, às suas funções políticas ou outras, etc. Vinculam-se ainda, mais globalmente, ao que está em cada conjuntura em jogo, do ponto de vista económico, social e político. Vinculam-se ao estado e dinâmica do campo intelectual em que se elaboram, aos recursos e condições de escolas, paradigmas, aprendizagens e actividades disciplinares. Mas devem ser também associadas à *dinâmica própria da modernização*, aos quadros, ao mesmo tempo mais gerais e mais comuns, da diferenciação e da racionalização dos comportamentos, das instituições e dos padrões organizacionais. O historiador do pensamento económico deve ser um cuidadoso leitor de Marx — não só o do *Capital* como também o de *A Ideologia Alemã*. Mas deve ser ainda um cuidadoso leitor de Max Weber e de Karl Polanyi. Se tomar também por objecto de estudo as relações

cruzadas entre, de uma banda, os processos sociais de modernização, no Ocidente — de que a formação de economias capitalistas e de sociedades burguesas são dimensões cruciais, mas não as únicas — e, da outra banda, a evolução do pensamento económico, ficará muito melhor colocado para identificar e perceber as constantes estruturais, as relações de homologia e os mecanismos de conversão de características operantes em diversos campos sociais em características pertinentes no campo intelectual e científico dos pensadores da economia, o qual, como já sabemos, não existindo fora daqueles, não lhes é contudo redutível.

Não é só a teoria económica que retira força social da sua configuração como ortodoxia. Mais uma vez, porém, constitui um bom caso de estudo. E vale a pena findar esta contribuição referindo esse domínio de análise, porque ele permitirá quiçá iluminar os pontos anteriores.

Uma ortodoxia não se decide apenas a nível doutrinário, pelo confronto entre grandes teorias ou ideologias rivais e a prevalência de uma delas. Afirma-se pela sua capacidade de reprodução alargada: o que tem a ver, decerto, com paradigmas ou programas de investigação, mas tem ainda a ver com os recursos e modalidades de codificação, armazenamento e comunicação dos produtos intelectuais, e as condições sócio-institucionais, no sentido amplo, em que uns e outros se formam e acumulam. Pede criadores e difusores, debates e textos referenciais, recompensas e censuras, conquista e defesa de territórios, campos de produção e campos de difusão, consagração e consumo. A história do pensamento económico tem de ser, atendendo a todas estas dimensões, a *genealogia do estabelecimento e reprodução de uma ortodoxia (ou várias ortodoxias, sucessivas ou alternativas) económica*.

O que implica, justamente, uma particular atenção aos momentos e às formas através das quais as ortodoxias são desafiadas. Ora, se pensarmos no pensamento económico ocidental contemporâneo, no entendimento lato que temos aqui praticado, parece muito instrutivo atender aos grandes questionamentos a que, do seu interior ou do exterior, tem sido sujeita a linha predominante



de evolução. Lembraria, somente para ilustração do que sugiro, três tipos: o questionamento da implicitação das bases político-ideológicas da economia clássica, liderado, certamente, pelo marxismo, mas que encontramos, sob condições transformadas, entre a primeira geração portuguesa de liberais românticos; o questionamento do formalismo da modelização económica, de que se denuncia a incapacidade para dar conta de realidades sociais concretas, mais impuras do que a racionalidade pressuposta na teoria, questionamento já vivaz no século XIX, e à luz do qual se pode compreender em parte a relativa heterodoxia de pensadores portugueses do último terço de Oitocentos; o questionamento do paradigma do equilíbrio à maneira newtoniana, de que se denuncia a incapacidade para perceber o que há de hipercomplexo e incerto nas economias de hoje.

Não quero aprofundar estes tópicos. Quero assinalar, a partir deles, o que faz a singularidade do pensamento económico no mundo contemporâneo. Porque, de algum modo, a imagem que fica é a impressionante construção de um edifício teórico-doutrinário, de elevada sofisticação formal e trabalhado por modos de raciocínio claramente em sintonia com o paradigma da *ciência dura* — mas que parece erguer-se sobre uma areia movediça de pressupostos ideológicos e cognitivos que, a outra luz, se tornam suspeitos de inadequação e até banalidade.

Eis uma questão incontornável, de uma perspectiva histórico-sociológica, no fim de século que vivemos. Não está só em causa a aparente contradição entre a elaboração técnica do *modo económico de pensar* acerca das sociedades — e a funda incerteza sobre as finalidades, os méritos, os custos e os benefícios do sistema económico a que esse modo de pensar mais se vinculou (ou mais geralmente, a incerteza de todas as nossas prospectivas e todos os nossos programas). Está sim em causa, muito mais profundamente, o próprio *paradigma da modernidade*.

Procuramos, hoje, imaginar e experimentar alternativas. Não temos soluções prontas a usar. Dividimo-nos sobre os horizontes que devemos privilegiar, a “radicalização da

modernidade” de que fala um Giddens ou a sua superação pós-moderna. Sabemos cada vez melhor, todavia, que o culto da ortodoxia não conduz a nenhum lugar proveitoso, porque elimina a capacidade reflexiva que é o nosso principal recurso. As ortodoxias não se pensam, dogmatizam-se.

A história do pensamento económico contemporâneo tem assistido recorrentemente à tentação de afirmar ou consolidar a teoria e a doutrina que propõe como uma ortodoxia *sui generis*, ou um combate polarizado entre umas poucas ortodoxias rivais. No interior ou nas margens dela, ou de cada uma delas, é constante a deriva monista, impondo um só paradigma de trabalho analítico e profissional. Ora, não ultrapassaremos alguns dos impasses em que caiu o racionalismo instrumental moderno se não compreendermos que os discursos sobre as sociedades, começando pelos científicos, são plurais, vivem do pluralismo teórico e paradigmático — eis o seu mais favorável caldo de cultura. Por isto é que a história sociológica do pensamento económico é tão importante para a teoria económica — para impedi-la de resvalar para uma ortodoxia que se trai na imutabilidade, na auto-suficiência e na inquestionabilidade, mostrando pelo contrário que *a melhor forma de entender e praticar as teorias é situá-las, é contextualizá-las, é relacioná-las*. Tarefa que só uma perspectiva histórica pode cabalmente estimular.

IV. Como se vê, a discussão que eu possa propor, em torno dos diálogos possíveis entre sociologia e história do pensamento económico, só faz sentido a um nível de reflexão muito geral, e mostra um desconhecimento aflitivo do que tem sido a produção intelectual mais recente no âmbito da segunda disciplina, particularmente em Portugal. Tenho consciência de que esta já tem incorporado criativamente muitas das sugestões que fui deixando, e quiçá avançado para além delas. Não estando em condições de fazer um roteiro minimamente actualizado das suas principais referências bibliográficas, só posso acrescentar algumas indicações sobre estudos e debates sociológicos que, ao mesmo tempo, informam aquelas sugestões e me parecem constituir boas pistas para o aprofundamento dos temas que fui recenseando.



A sociologia em que me revejo foi excelentemente apresentada por António Firmino da Costa, no seu livro *Sociologia*, editado em 1992 pela Difusão Cultural, na colecção "O Que É". Procurei sistematizar a gramática conceptual que utilizo nos capítulos II e III da minha obra *Tempos Cruzados: um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*, editada pelas Edições Afrontamento em 1994.

Os textos de referência que convoquei, em matéria epistemológica, são: Thomas S. Kuhn, *The Structure of Scientific Revolutions*, 1962, 2ª ed. rev., Chicago, University of Chicago Press, 1970; Imre Lakatos, "Falsification and the methodology of scientific programmes", in Imre Lakatos e Alan Musgrave (orgs.), *Criticism and the Growth of Knowledge*, 1970, reed., Cambridge, Cambridge University Press, 1982, p. 91-196; Paul K. Feyerabend, *Against Method. Outline of an Anarchistic Theory of Knowledge*, 1975, reed., Londres, Verso, 1982. Uma boa introdução a estes problemas é oferecida por Alan F. Chalmers, *Que És esa Cosa Llamada Ciencia?*, 1976, trad. espanhola, 3ª ed., Madrid, Siglo Veintiuno Editores, 1984. E considereei vários dos desenvolvimentos propostos por Boaventura de Sousa Santos, *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*, Porto, Afrontamento, 1989.

A relação entre saber e poder é considerada por Michel Foucault em várias das suas obras. Para perceber o que entende por poder como disciplina e tecnologia, vale a pena ler, por exemplo, *Histoire de la Sexualité. 1. La Volonté de Savoir*, Paris Gallimard, 1976. O estudo sociológico que realizou Graça Carapinheiro em torno do saber e do poder médico (*Saberes e Poderes no Hospital. Uma Sociologia dos Serviços Hospitalares*, Porto, Afrontamento, 1993) constituiu uma excelente ilustração do que se poderia fazer também, *mutatis mutandis*, a propósito da economia. E o conceito de economia moral, proposto por E. P. Thompson ("La economía 'moral' de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII", 1971, trad. espanhola in *Tradicón, Revuelta y Consciencia de Clase*, 3ª ed., Barcelona, Critica, 1989, p. 62-134), pode bem ser adaptado no sentido de dar conta a relação do saber especializado com os saberes profanos da economia comum.

O entendimento das relações entre pensamento e teoria económica e interesses de grupos sociais não pode dispensar a contribuição matricial de Karl Marx, não só o da "maturidade" como também o da "juventude". Retenha-se, pelo menos, *A Ideologia Alemã* (1845-46) e *O Capital* (1867 e póstumo), com traduções portuguesas (respectivamente, Lisboa, Presença, 1974-75 e Lisboa, Delfos, 1974). De Max Weber poderia consultar-se: *Economia e Sociedade*, 1922, com tradução espanhola pelo Fondo de Cultura Económica, México, 1979; *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, 1905, trad. portuguesa, Lisboa, Presença, 1983; ou a antologia organizada por Hans H. Gerth, *Ensaio de Sociologia*, 1946, trad. brasileira, 2ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1971. A obra de Karl Polanyi, *A Grande Transformação*; está disponível em versão brasileira (Rio de Janeiro, Campus, 1980); mas vale a pena também ler os artigos dos dois primeiros números da *Revista Trimestral de Histórias e Ideias*, saídos, no Porto, em 1978. A vinculação entre "interesses" e "conhecimento" tem sido defendida por Jürgen Habermas, por exemplo em *La Technique et la Science comme "Idéologie"*, 1968, trad. francesa, s/l., Denöel/Gonthier, 1978.

Quanto à possibilidade de recriar o conceito de "máximo de consciência possível", proposto por Lucien Goldmann, tive em conta a sua aplicação por A. Sedas Nunes à questão da conflitualidade interna nas ciências sociais, no clássico *Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais*, 1971, Lisboa, Presença, várias reeds.

Para a familiarização com a teoria dos campos, construída por Pierre Bourdieu, foi-me muito útil ler a recolha de estudos intitulada *O Poder Simbólico* (Lisboa, Difel, 1989). Dispomos, ainda, de uma investigação de fôlego sobre a formação de um campo intelectual, no século XIX português, que constituirá certamente um modelo a seguir, em matéria de história sociológica do pensamento: Maria de Lourdes Lima dos Santos, *Os Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos*, Lisboa, Presença, 1988.

A sugestão do exame antropológico da cultura científica e profissional dos economistas, como um quadro de sentido, deve muito a Clifford



Geertz, *Local Knowledge*, Nova Iorque, Basic Books, 1983. Outro antropólogo, Jack Goody, ajuda-nos bastante a perceber a importância dos meios de codificação, acumulação e comunicação no desenvolvimento dos sistemas de pensamento; veja-se *Domesticação do Pensamento Selvagem*, 1977, trad. portuguesa, Lisboa, Presença, 1988. E, na mesma Conferência do CISEP em que o presente artigo foi originalmente apresentado, Diogo Ramada Curto — *Pensamento Político e Actos Discursivos (Reformações e Alvitres)*, Lisboa, 1993 insistiu na necessidade de considerar, na sua variabilidade histórica, os sistemas de classificação e tipologia que distinguem “discursos económicos” de outros discursos sobre as sociedades e os comportamentos.

A relação proposta entre o saber económico e a modernidade europeia tem directamente a ver com as reflexões de Anthony Giddens (por exemplo: *As Consequências da Modernidade*, 1990, tradução portuguesa, Oeiras, Celta, 1992); e as de Boaventura de Sousa Santos, de quem, além do livro já referido, citaria o artigo: “O social e o político na transição pós-moderna”, *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 6/7, 1989, pp. 25-48.

Finalmente, devo dizer que utilizei bastante, em particular para a discussão da economia “em acção” e dos seus usos como tecnologia social, o estudo que João Arriscado Nunes publicou no nº 3 a desta mesma revista *Notas Económicas*.